

Diagnóstico social e objetivos de desenvolvimento sustentável: educação e emprego no município de Palmela

Anabela Franqueira, ESCE-IPS, anabela.franqueira@esce.ips.pt

Célia Quintas, ESCE-IPS, celia.quintas@esce.ips.pt

José Rebelo dos Santos, ESCE-IPS, jose.rebelo@esce.ips.pt

Resumo

O Desenvolvimento Sustentável consubstanciado em 17 objetivos (ODS), constitui uma preocupação central no âmbito das sociedades do mundo contemporâneo. Com efeito ninguém pode ficar indiferente à conjugação de esforços, visando erradicar ou diminuir consideravelmente a pobreza e a fome, ao mesmo tempo que promove a qualidade na saúde e na educação, a igualdade de género, o trabalho digno e a diminuição das desigualdades num mundo que se quer também ambientalmente sustentável. O objetivo da presente comunicação é apresentar alguns dados estatísticos que permitam compreender as dinâmicas sociais no município de Palmela, concretamente no que respeita ao emprego e educação. Para o efeito, recorremos a uma metodologia quantitativa com base em fontes secundárias (Instituto Nacional de Estatística, em especial Censos 2011 e 2021, entre outras). Os dados recolhidos permitem aferir que a nível educacional houve uma evolução muito expressiva, nomeadamente na melhoria das qualificações da população, e no número de detentores de uma habilitação de nível superior. No que concerne ao emprego/desemprego verifica-se uma diminuição sustentada do número de desempregados e um aumento da taxa de atividade, nomeadamente feminina. Estas dinâmicas ajudam a explicar o crescimento demográfico entre 2011 e 2021, em contraciclo com o decrescimento populacional a nível nacional.

Palavras chave: ODS, Emprego, Educação, Palmela

Abstract

Sustainable development embodied in 17 objectives (SDGs) is a central concern within societies in the contemporary world. In fact, no one can remain indifferent to the combination of efforts, in order to eradicate or considerably reduce poverty and hunger, while promoting quality in health and education, gender equality, decent work and reducing inequalities in a world that is also environmentally sustainable. The aim of this communication is to present some statistical data to understand the social dynamics in the municipality of Palmela specifically with regard to employment and education. To this end, we used a quantitative methodology based on secondary sources (National Institute of Statistics, especially Censuses 2011 and 2021 and DGEES, among others). The data collected make it possible to assess that at the educational level there has been a very significant development, in particular in improving the qualifications of the population, and in the number of holders of a higher education qualification. As regards employment/unemployment there is a sustained decrease in the number of unemployed and an increase in the activity rate, particularly women. These dynamics help explain population growth between 2011 and 2021, in countercycle with population degrowth at national level.

Keywords: SDGs, Employment, Education, Palmela

Introdução

As preocupações genericamente com o social mas também com sociedades mais desenvolvidas com menor desigualdade e mais sustentáveis entraram definitivamente na agenda do mundo ou pelo menos das sociedades que tenham algumas condições para alterar a ordem estabelecida. A União Europeia, Portugal, as suas regiões e os seus municípios estão sincronicamente a planear um futuro melhor que o presente, mais sustentável e mais equitativo.

Este planeamento é participado e resulta, no caso dos municípios, de um trabalho conjunto que envolve entidades públicas e privadas do setor social, ligadas entre si no âmbito das redes sociais (plataforma que visa promover um trabalho colaborativo e integrado).

O objetivo do presente artigo é apresentar alguns dados estatísticos, que permitam compreender as dinâmicas sociais no município de Palmela em geral e de forma mais aprofundada nas áreas da educação e emprego, tendo em conta o seu papel catalisador do desenvolvimento social em muitas outras áreas. Discutir hoje o social é indissociável da sua análise à luz dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Recorde-se que a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) corresponde a 17 ODS e foi aprovada em setembro de 2015 por 193 estados-membros (BCSD Portugal, sd, in <https://www.ods.pt>).

A concretização desse objetivo pressupõe um olhar particular em relação aos seguintes ODS por se relacionarem mais diretamente com a Educação e o Emprego: ODS 1 - Erradicar a Pobreza, ODS 2 - Erradicar a Fome, ODS 4 – Educação de Qualidade, ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico, ODS 10 – Reduzir as Desigualdades, ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

Para o efeito, recorreremos a uma metodologia quantitativa com base em fontes secundárias (Instituto Nacional de Estatística, em especial Censos 2011 e 2021, entre outras).

A nível de estrutura considerámos três pontos principais:

Um primeiro ponto de enquadramento remetendo para uma reflexão em torno dos conceitos de “rede social” e de “objetivos do desenvolvimento sustentável” e; um segundo onde se caracteriza sucintamente o Município de Palmela e se apresentam alguns indicadores relativos à educação e ao emprego na sua área de influência.

Finalmente no terceiro ponto relacionam-se indicadores com os ODS.

Enquadramento: do diagnóstico social à rede social

“A crescente participação dos atores económicos e sociais nas políticas de desenvolvimento advém de uma certa conceção de gestão da esfera pública que apela à participação dos atores e ao reconhecimento de que cada projeto de mudança social engendra energias positivas para a mudança nos atores envolvidos” (Guerra, 2005: 15).

A ação social corresponde no contexto europeu à área das políticas sociais com maior expressão local colocada na esfera dos municípios (Guerra, 2008, referida por Costa, Proença

& Proença, 2019). A razão prende-se com as vantagens de políticas de proximidade e aproximando as decisões dos próprios problemas, promovendo a coesão territorial e capacitando para mobilizar e gerir recursos e melhorar a qualidade dos serviços prestados às populações mais em consonância com as suas especificidades (Costa *et al.*, 2019).

O diagnóstico social corresponde a um instrumento de grande utilidade para inventariar o que existe nesse domínio numa dada região. Permite confrontar as infraestruturas e valências disponibilizadas com as reais necessidades da região em análise no presente, mas também, numa lógica prospetiva, constituindo o ponto de partida para o Planeamento de Intervenções Sociais. É, pois, de enorme relevância para o planeamento regional. Por essa razão passou a ser realizado primeiro de forma *Ad hoc* e muito diversificada nos municípios portugueses e posteriormente de modo menos “provisório” e mais estruturado.

No âmbito de qualquer projeto social podem considerar-se várias etapas (Guerra, 2007, referida por Fialho, Silva & Saragoça, 2020):

- a 1ª etapa corresponde à “emergência” do projeto” como resultado de uma vontade de agir face a uma presumível necessidade e alocação de recursos que viabilizem a sua realização;
- a 2ª etapa é a caracterização e análise da situação e a realização do diagnóstico permitindo perceber tanto o presente como o futuro desejado;
- a 3ª etapa consiste em desenhar o plano de ação, ou seja, o percurso a percorrer para passar da situação presente para a situação correspondente ao futuro desejado;
- a 4ª etapa é a operacionalização do planeado, pressupõe executar e monitorizar em permanência a execução.

A fase de diagnóstico assume uma importância capital, pois em função do(s) problema(s) identificado(s) vai ser concebido um plano que contribua para minimizar / erradicar o problema e caminhar para a situação que se preconiza (situação desejada).

Assim sendo, um diagnóstico mal elaborado irá ter como consequência a elaboração de um plano de intervenção desajustado. É por essa razão que o diagnóstico social deve ser construído com os contributos de todos os agentes envolvidos, nomeadamente dos representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Fundações e outras organizações que desenvolvam atividades de carácter social. Trata-se, portanto, de um instrumento que logo à partida pressupõe um planeamento participado que permite uma visão partilhada dos problemas sociais (Costa *et al.*, 2019) e, presumivelmente, da forma de os resolver.

A identidade destas organizações do setor social (ou terceiro setor) não se esgota na produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços, estando a sua origem associada a uma dimensão política, social e cultural como refere Ferreira (2019). “O interconhecimento entre as pessoas que habitam determinados bairros urbanos, aldeias, freguesias, concelhos, etc., permitiram a junção e a interação relacional de prospeção de necessidades de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços” (Ferreira, 2019:130).

A operacionalização em permanência da auscultação destas instituições é de maior ou menor complexidade, dependendo da sua expressão quantitativa numa dada região. Para agilizar foi criado o Programa “rede social”, que enquanto modo de funcionamento está em linha com os ODS 17.

“As redes são relações sociais que se materializam em laços entre uma multiplicidade de atores sociais” (Fialho, Saragoça, Baltazar & Santos, 2018: 20). As redes sociais correspondem a “redes de comunicação e interação que envolvem uma linguagem simbólica, limites culturais e as relações de poder” (Fialho *et al.*, 2018:23). O Programa “Rede Social”, não obstante as suas especificidades, corresponde a estas redes de comunicação e de interação.

As redes sociais e o seu papel no desenvolvimento local

O Programa “Rede Social” foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros 197/97, de 18 de novembro, tendo sido implementado, experimentalmente desde o início do ano 2000 (Castro, sd). A flexibilidade tanto na concretização dos seus objetivos como em termos metodológicos e formas de organização constituem algumas das características a destacar (Castro, sd). Para além destas características podemos considerar que, pela sua conceção e natureza, a rede social se aproxima do ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos, como já foi referido. Com efeito e de acordo com o Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social (2001:12) aquando da sua criação foi assim definido: “fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar. Estas entidades deverão concertar os seus esforços com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social”. Em termos de organização, devem criar-se “Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), enquanto formas organizativas concretas que materializam a Rede Social, constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível de freguesia e concelho” (Ibid:12).

Como já referimos "foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros N.º 197/1997, de 18 de novembro, e da Declaração de Retificação N.º 10-O/1998. Posteriormente foram publicados o Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho. A gestão, dinamização, acompanhamento e avaliação do Programa Rede Social é da competência do Instituto da Segurança Social (ISS)" (Instituto de Segurança Social, 2019: sp).

"A Rede Social é um programa que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria" (Instituto de Segurança Social, 2019: sp).

"Para atingir os objetivos da Rede Social o Programa propõe uma estratégia participada de planeamento cujos instrumentos fundamentais são o Diagnóstico Participado, o Plano de Desenvolvimento Social e os Planos de Ação" (Instituto de Segurança Social, 2019: sp).

Genericamente a ideia é fazer um retrato comum da situação social concelhia, com base nos contributos das várias entidades com intervenção na área do concelho permitindo identificar prioridades de intervenção. Esse retrato sustentará a construção de um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) em que estejam inscritos os objetivos e estratégias de intervenção definidos para um quadro temporal alargado (cerca de três anos) e sejam planeadas as formas de operacionalização do PDS tendo em linha de conta um horizonte temporal mais curto (planos de ação anuais) (Instituto de Segurança Social, 2019).

Todo este processo, cujo objetivo principal é a intervenção para a promoção do desenvolvimento social local, deverá ser sujeito a processos de monitorização e avaliação, que permitam melhorar continuamente as intervenções e aferir o impacto destas na população.

"O que se propõe é que, em cada comunidade, as autarquias e as entidades públicas e privadas:

- Tenham uma visão partilhada dos problemas sociais que existem nessa área;
- Definam em conjunto objetivos, prioridades, estratégias e ações;
- Utilizem de forma mais racional os recursos disponíveis.

A Rede Social tem plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social a nível das freguesias (Comissões Sociais de Freguesia e/ou Interfreguesia - CSF/CSIF) e dos concelhos (Conselhos Locais de Ação Social - CLAS).

A um nível regional mais abrangente, estão a ser implementadas plataformas territoriais supraconcelhias nas 28 regiões NUT III” (Instituto de Segurança Social, 2019: sp).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como já foi referido são 17 e constam na figura 1.

Figura 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: <http://www3.santoandre.sp.gov.br>.

De entre os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no âmbito deste estudo selecionámos, dada a sua relação com o estudo em desenvolvimento no concelho de Palmela, os seguintes: ODS 1– Erradicar a Pobreza, ODS 2 – Erradicar a fome, ODS 4 – Educação de Qualidade, ODS 8 – Trabalho Digno, ODS 10 – Reduzir as Desigualdades, ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

Apresenta-se sumariamente cada um destes ODS (BCSD Portugal, sd):

ODS 1 – Erradicar a Pobreza

Este objetivo tem um caráter muito ambicioso, pretendendo até 2030 erradicar a pobreza extrema em todas as formas e em todos os lugares, sendo a mesma quantificada através das pessoas que vivam atualmente com menos de 1,25 dólares por dia em Paridade de Poder de Compra (PPC). Com efeito, com este valor não é possível satisfazer as necessidades básicas no que concerne nomeadamente à alimentação, havendo privação material.

ODS 2 – Erradicar a Fome

Alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Este objetivo pretende o desenvolvimento de um conjunto de ações até 2030 para acabar com a

fome, assegurando o acesso à alimentação de qualidade, durante todo o ano a todas as pessoas, com particular preocupação com as populações e grupos de pessoas mais vulneráveis.

ODS 4 – Educação de Qualidade

Em linha com os anteriores ODS, propõe-se garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Propõe-se até 2030 assegurar a igualdade de acesso à educação, propondo, por exemplo, a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis.

ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico

Promover o Crescimento Económico, Inclusivo e Sustentável, o Emprego Pleno e Produtivo, e o Trabalho Digno para todos. Além de promover o trabalho digno pretende-se ainda melhorar, até 2030, a eficiência dos recursos globais dissociando cada vez mais crescimento económico da degradação ambiental.

ODS 10 – Reduzir as Desigualdades

A mesma pode ser aferida no interior dos países e entre países utilizando como unidade de medida o Coeficiente de GINI. Além de promover a inclusão social, económica e política de todos, pretende, até 2030, assegurar o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre, a um ritmo maior do que o da média nacional.

ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos

Pretende-se a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável. As questões da capacitação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo ao comércio são destacadas como variáveis promotoras de desenvolvimento. Propõe-se em suma e até 2030, aumentar as iniciativas existentes com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável, aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) e apoiar a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

As qualificações e o emprego no concelho de Palmela

A análise empírica resultou de um processo de recolha de dados a partir de estatísticas provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE), designadamente dos Censos de 2011 e de 2021 e também de dados públicos do próprio município.

Iniciamos a análise com uma breve caracterização do território de Palmela e da sua população para seguidamente apresentar os dados disponíveis no que respeita à educação e ao emprego relacionando-os com os ODS.

Território

Palmela é um dos nove municípios situados na Península de Setúbal (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Setúbal e Sesimbra). É o mais extenso ocupando uma área de 465,1 km². Integra quatro freguesias ou unidades geográficas equiparadas: Palmela, Pinhal Novo, Quinta do Anjo e União de Freguesias do Poceirão e Marateca. O município apresenta heterogeneidade, havendo zonas de características mais urbanas e outras de características mais rurais: a União de Freguesias do Poceirão e Marateca é a mais vincadamente rural. As restantes podem classificar-se como rurbanas, conceito associado ao facto de coexistirem características urbanas e rurais (Pérez, 2001; Roca, 2001, citados por Marques e Silva, 2008).

O território ocupa uma área de 465,1 km² na sub-região da Península de Setúbal, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1: Dimensão do território por freguesias

| Palmela | Pinhal Novo | Poceirão e Marateca | Quinta do Anjo | Total |
|----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| 77,5 km ² | 54,04 km ² | 282,0 km ² | 51,1km ² | 465,1 km ² |

Fonte: <https://www.cm-palmela.pt/viver/caracterizacao-do-concelho/estatisticas-e-numeros>

População

A população residente no município de Palmela era de 68.856 indivíduos em 2021, verificando-se um crescimento de 9,6% em relação aos dados dos censos de 2011 (INE, 2021).

A tabela 2 permite verificar um elevado crescimento que ocorre em contraciclo com um decréscimo da população portuguesa de 2,06%. Palmela foi o terceiro município com um registo de maior crescimento logo depois de Odemira (13,3%) e Mafra (12,8%), tendo em conta os dados do INE (Censos 2021 e 2011). Uma análise mais desagregada permite verificar que apesar de haver crescimento em todas as freguesias do município de Palmela, no período em análise, o maior crescimento registou-se na freguesia de Quinta do Anjo (20,21%) seguida da freguesia de Pinhal Novo (7,96%) (INE, 2021).

A população feminina é superior à masculina, tendo essa diferença aumentado ligeiramente em linha com Portugal.

Tabela 2. População residente por sexo em Portugal e em Palmela

| | H | M | Total | H | M | Total | | % |
|----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|
| Portugal | 4921170 | 5423632 | 10344802 | 5046600 | 5515578 | 10562178 | -217376 | -2,06 |
| Palmela | 9061 | 9730 | 18791 | 8462 | 9019 | 17481 | 1310 | 7,49 |
| Pinhal Novo | 12831 | 14160 | 26991 | 12033 | 12967 | 25000 | 1991 | 7,96 |
| Poçoirão e Marateca | 4333 | 4478 | 8811 | 4166 | 4319 | 8485 | 326 | 3,84 |
| Quinta do Anjo | 6942 | 7321 | 14263 | 5825 | 6040 | 11865 | 2398 | 20,21 |
| Total PALMELA | 33167 | 35689 | 68856 | 30486 | 32345 | 62831 | 6025 | 9,59 |
| Diferença H M | | | -2522 | | | -1859 | | |

Fonte: INE - censos 2011 e 2021.

Educação

Os dados relativos à Educação no Município de Pamela evidenciam uma população significativamente mais escolarizada em 2021, quando comparamos com os dados de 2011, comprovada pelo aumento do número de indivíduos com o ensino secundário e superior e pela redução do analfabetismo (tabela 3).

Constata-se que 14,62% da população residente não possui qualquer grau de ensino. Estes dados incluem as crianças, sendo que a população residente no Município de Palmela dos 0 aos 14 anos é de 14,51%, pelo que importa ter dados mais desagregados. Mesmo assim esta realidade difere da realidade de 2011, onde 20,41% da população não tinha qualquer grau de ensino.

Verifica-se também que Palmela tem 40,68% de escolarizados com pelo menos o ensino secundário e Portugal tem 38,96% de escolarizados, com pelo menos o ensino secundário, correspondendo a uma diferencial de +1,72p.p. de escolarizados com pelo menos o ensino secundário em Palmela, por comparação com a média nacional.

Uma análise comparativa entre os censos de 2021 e 2011 permite verificar um aumento da população com formação secundária e pós secundária. Dados dos censos revelam que é superior à média nacional (Palmela com 23,99% e Portugal 21,26%). Constata-se pois uma evolução compatível com o preconizado no ODS 4 – Educação de Qualidade, garantido o acesso à educação em todos os graus de ensino a uma substancial parte da população.

De acordo com os censos de 2021, verifica-se um aumento em 5,47% de população com formação superior face a 2011.

Tabela 3. População por nível de ensino (%)

| | Nenhum | 1º ciclo | 2º ciclo | 3º ciclo | Secundário e pós-secundário | Superior |
|------|--------|----------|----------|----------|-----------------------------|----------|
| 2021 | 14,62 | 17,99 | 10,06 | 16,65 | 23,99 | 16,69 |
| 2011 | 20,41 | 22,37 | 12,09 | 17,94 | 15,97 | 11,22 |

Fonte: INE - censos 2011 e 2021.

Emprego e Salários

A análise dos ganhos a partir da remunerações permite verificar que as remunerações auferidas no concelho de Palmela são superiores à média em Portugal, sendo mesmo o 9º concelho com remunerações mais elevadas (tabela 4).

A natureza do emprego, atendendo à forte industrialização do município pode contribuir para explicar este facto.

Tabela 4. Ganhos mensais médios

| Ganho mensal médio | | |
|--------------------|--------|-------------------|
| Portugal | 1206,3 | |
| Palmela | 1408,9 | (9º mais elevado) |

Fonte: Pordata - 2019.

Em relação ao emprego, os valores apresentados na tabela 5 indiciam estar-se numa situação próxima do pleno emprego. Importa ressaltar que o desemprego registado tem vindo a diminuir de modo consistente em Portugal.

Tabela 5. Desemprego registado

| Território | 2020 |
|------------|------|
| Portugal | 5,8 |
| Palmela | 4,7 |

Fonte: Pordata , 2020.

Apesar dos indicadores de trabalho e emprego em Palmela permitirem algum otimismo, outros estudos ainda não publicados, resultantes de uma auscultação aos parceiros da rede social, referem a existência de trabalho informal e trabalho precário, caracterizado pela insegurança no emprego; perda de regalias sociais; salários baixos; descontinuidade nos tempos de trabalho (Sá, 2010).

O trabalho informal e o trabalho precário no concelho afetam particularmente as populações vulneráveis, como sendo a população imigrante, ou seja, indivíduos oriundos de outras regiões ou países que se deslocaram para viver ou trabalhar noutras regiões ou países. Retomando a perspetiva de Sayad (1998) devemos compreender e analisar a forma como se relacionam com a sociedade de acolhimento. Também a população mais velha mas em idade ativa, a população pouco qualificada e as mulheres estão mais expostas ao trabalho precário e informal. Os dados mostram ainda que o trabalho informal e precário é mais evidente nos setores da agricultura, da construção civil e da restauração. Uma hipótese explicativa pode relacionar esta precariedade com a natureza sazonal destas atividades.

Estes dados relacionam-se diretamente com o ODS 8 – Trabalho Digno e indiretamente pode estabelecer-se uma relação com os ODS 1 - Erradicar a Pobreza e ODS 2 - Erradicar a Fome, e com o ODS 10 relacionado com a redução das desigualdades. Esta relação indireta decorre do facto do acesso ao emprego e dos inerentes rendimentos terem um papel crucial para diminuir a pobreza, a fome e eventualmente para reduzir desigualdades, pelo menos entre a população em idade ativa.

Pobreza e desigualdades

Importa aqui distinguir entre pobreza e desigualdade, uma vez que a primeira requer a definição de um limiar a partir do qual se verifica a privação material por falta de meios económicos, para fazer face às necessidades básicas, ao passo que a desigualdade tem uma dimensão comparativa e subjetiva: ter mais ou menos do que o outro (Silva, 2015). Os valores do coeficiente de GINI para Palmela em 2019 são de 45,4, sendo os de Portugal um pouco mais elevados, 45,9 (INE, 2020).

Aprofundando a relação entre os ODS 1 - Erradicar a Pobreza e ODS 2 - Erradicar a Fome e ainda o ODS 10 - Redução das Desigualdades, verifica-se que existe uma perceção de desigualdade e de situações de pobreza que se devem sobretudo a situações de desemprego ou de baixos salários que resultam na dificuldade de fazer face ao aumento dos preços dos bens e serviços. A dificuldade de acesso à habitação a preços acessíveis constitui um fator de

empobrecimento, como também o isolamento, que conduz a uma ausência de rede de apoio seja ela familiar, de vizinhança ou de amigos.

Conclusão

O artigo que se apresenta inicia-se com uma reflexão em torno dos conceitos de rede social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A ideia de base foi em primeiro lugar discutir o papel destas redes no desenvolvimento das sociedades e concretamente a nível do desenvolvimento local. Recorde-se que para o efeito estas redes têm um papel ativo e determinante na elaboração dos diagnósticos sociais, ou seja, dos "filmes" e dos "retratos" da sociedade, permitindo evidenciar fragilidades mas também pontos fortes e face a isso elaborar planos de desenvolvimento social e planos de ação.

Em segundo lugar, uma vez que nos propusemos analisar dados estatísticos disponíveis sobre educação, trabalho e emprego, apresentaram-se os ODS com maior relevância para esse fim em contextos regionais.

Por fim analisaram-se os dados já referidos para o município de Palmela, propondo uma reflexão sobre o seu impacto no alcance dos seguintes ODS: ODS 1 – Erradicar a Pobreza, ODS 2 – Erradicar a fome, ODS 4 – Educação de Qualidade, ODS 8 – Trabalho Digno, ODS 10 – Reduzir as Desigualdades, ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos. Os dados analisados mostram que a nível de educação há progressos substanciais, comparando 2011 e 2021. Também a nível de emprego há claros progressos; muito embora sem podermos quantificar, percebemos a existência de trabalho informal e/ou precário. No que respeita a desigualdades, o quociente de GINI mostra que há ainda um longo caminho a percorrer, uma vez que os valores de Palmela em 2019 embora ligeiramente abaixo de Portugal, ainda são elevados.

Bibliografia

- Albuquerque, C. P., Guerra, J. V., Marques, J. F. (2018) "A Rede Social como Processo de Governança Local Estratégica – Fatores Críticos e Recomendações a partir de um Estudo sobre Comissões Sociais de Freguesia" in Fialho, J., Saragoça, J., Baltazar, M. S., Santos, M. O. (Coord) (2018) *Redes Sociais, Para uma Compreensão Multidisciplinar da Sociedade*, Lisboa, Edições Sílabo, pp. 67-84.
- BCSD Portugal (sd) Objetivos de Desenvolvimento sustentável e o BCSD Portugal in <https://www.ods.pt>.
- Castro, J. L. (Coord) (sd) Rede Social, Desafios e Experiências de um Programa Estruturante, Lisboa, Instituto da Segurança Social in https://www.segsocial.pt/documents/10152/147154/rede_social_desafios_experiencias_programa_estruturante/be803757-2a52-4b9f-976d-c90ec6e19c0d
- Costa, C., Proença, J., Proença, T. (2019) "Fatores Facilitadores das Relações em Rede entre Instituições Públicas e Instituições Sociais: o Caso da Rede Social de Matosinhos", in Ferreira, J. M. C. (Org) (2019) *Sustentabilidade, Terceiro Setor e Redes Sociais*, Forte da Casa, Clássica Editora, pp. 159-182.

- DGEEC/ME-MCTES (2020) Recenseamento Escolar. in [Portal de Recenseamento \(mec.pt\)](https://portal.mec.gov.br).
- Ferreira, J. M. C. (2019) "Hipóteses de sustentabilidade do Terceiro Setor no Contexto da Economia Virtual" in Ferreira, J. M. C. (Org) (2019) *Sustentabilidade, Terceiro Setor e Redes Sociais*, Forte da Casa, Clássica Editora, pp. 123-138.
- Fialho, J., Silva, C., Saragoça, J. (Coord) (2020) *Diagnóstico Social, Teoria, Metodologia e Casos Práticos*, 2ª edição, Lisboa, Edições Sílabo.
- Fialho, J., Saragoça, J., Baltazar, M. S., Santos, M. O. (2018) "A Propósito de Redes Sociais – do Conceito à Compreensão Multidisciplinar da Sociedade", in Fialho, J., Saragoça, J., Baltazar, M. S., Santos, M. O. (Coord) (2018) *Redes Sociais, Para uma Compreensão Multidisciplinar da Sociedade*, Lisboa, Edições Sílabo, pp. 19-28;
- Guerra, I. C. (2005) "O Planeamento no Contexto de uma Sociologia da Acção As Rearticulações Teoria-Prática no Campo da Sociologia e Planeamento", in *Cidades - Comunidades e Territórios* Jun. 2005, n.0 10, pp. 13-24.
- Instituto Nacional de Estatística (2020) *Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa 2019*.
- Instituto Nacional de Estatística (2021) Censos 2021. in <https://censos.ine.pt/>.
- Instituto Nacional de Estatística (2012) Censos 2011, resultados definitivos. in <https://censos.ine.pt/>.
- Instituto da Segurança Social (2019) A Rede Social. in <https://www.seg-social.pt/a-rede-social>.
- Marques, J., Silva, R. P. (2008) Entre o rural e o urbano... o rurano, como uma alternativa contrahegemónica, in *A Página da Educação*, nº 178, <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=178&doc=12869&mid=2> (25/01/2022).
- Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social (2001) Programa Rede Social in https://www.seg-social.pt/documents/10152/13341/programa_rede_social%20bfa76312-e5e2-45a6-8678-f2698525c443~
- PORDATA (2020) Taxa de desemprego: total e por sexo (%) in [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-55](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-55)
- PORDATA (2019) Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo in <https://www.pordata.pt/Municipios/Ganho+m%C3%A9dio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+sexo-282>
- Sá, T. (2010) Precariedade e "trabalho precário": consequências sociais da precarização laboral, *Configurações*, 7. <http://journals.openedition.org/configuracoes/203>; DOI : 10.4000/configuracoes.203.
- Sayad, A. (1998) *Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. Edusp.
- Silva, M., (2015) "Desigualdade, pobreza e exclusão social: entre legitimações e realidades de ontem e hoje", in Diogo, F., Castro, A., Perista, P. (orgs). *Pobreza e exclusão social em portugal contextos, transformações e estudos*. Col Debater o Social. Ed. Húmus.

Webgrafia

- Caraterização da freguesia de Poceirão e Marateca in https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/writer_file/document/2032/caraterizacao_freg_poceirao_marateca.pdf (25/01/2022)
- Caraterização da freguesia da Quinta do Anjo in https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/writer_file/document/2031/caraterizacao_freg_quinta_anjo.pdf (25/01/2022)
- Caraterização da freguesia do Pinhal Novo in https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/writer_file/document/2030/caraterizacao_freg_pinhal_novo.pdf (25/01/2022)
- Caraterização da freguesia de Palmela in https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/writer_file/document/2029/caraterizacao_freg_palmela.pdf (25/01/2022)